

■ NACIONAL

Heckman defende proteção ao desempregado

Prêmio Nobel de Economia diz que leis protegem os que têm emprego, mas dificultam o acesso ao trabalho dos desocupados

Mônica Magnavita
do Rio

O americano James Heckman, de 56 anos, professor da Universidade de Chicago, ganhou o Prêmio Nobel de Economia, pelo desenvolvimento do método de análise conhecido como microeconomia — uma especialidade voltada para o estudo de microrredes, como séries estatísticas sociais. Em um estudo polêmico sobre a necessidade de desregulamentação das leis trabalhistas como fator gerador de emprego, Heckman dimensiona matematicamente os efeitos da flexibilidade da legislação do trabalho sobre a absorção de mão-de-obra.

Suas teorias econômicas revelaram que uma redução de 10% no custo da mão-de-obra resulta em 5% de aumento no emprego. Uma conta simples indica que no Brasil, colocado no 13º lugar no ranking por ele elaborado com os países com maior regulamentação trabalhista, essa queda de 10% resultaria numa taxa de desemprego de 5,1 para os trabalhadores com carteira assinada. Ou seja, dois pontos percentuais menos que os 7,1% apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os cálculos são do economista Paulo Levy, do Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada (Ipea). O Ipea, a Fundação Getúlio Vargas e o Instituto de Matemática Aplicada são citados por Heckman como centros de bons trabalhos acadêmicos.

James Heckman recebeu a notícia sobre o Nobel na quarta-feira, quando tomava café em um hotel no Rio, onde participa de seminário sobre desigualdade e pobreza, promovido pelo Banco Mundial. Ele defendeu a

tese de que regulamentação do emprego e custos excessivos para as empresas protegem os trabalhadores empregados e ligados a sindicatos fortes, mas fragiliza e dificulta para os desempregados o acesso ao mercado. "A maioria das leis", diz, "é feita com excelentes intenções, mas o inferno está cheio delas. Na verdade, essa proteção desprotege quem procura emprego".

Como exemplo, ele cita os Estados Unidos, onde há pouca regulamentação e baixa taxa de desemprego. Já nos países da Europa, as leis são rígidas e o desemprego, alto. A questão, no entanto, não é tão simples. Lá, há melhor distribuição de renda que nos Estados Unidos, diz.

Mas Heckman argumenta que a menor desigualdade europeia de renda existe para quem está empregado. "Quem não tem emprego não tem esses benefícios".

Sua proposta coincide com ideias do ministro do Trabalho,

Francisco Dornelles, defendendo a livre negociação entre patrão e empregado em acordos independentes da legislação vigente. Heckman observa que a flexibilização e a redução de custos do trabalho diminuiriam a economia informal brasileira. Seus estudos sobre o problema na Colômbia e Peru, segundo disse, mostram que as mudanças na legislação provocaram uma redução significativa da economia informal. "É isso não é ideologia, é fato", ressalta.

A medida que uma maior flexibilização de custos e de leis traria para o mercado de trabalho formal um número maior de pessoas, isso permitiria a cobrança de impostos espe-

cíficos para subsidiar treinamentos e salários para os menos qualificados. Ou seja, o governo pagaria parte do salário dos trabalhadores de menor renda e mais idade, que estariam fora dos programas de requalificação profissional. "Só os mais jovens se beneficiariam de treinamento".

Questões como a globalização, e seus efeitos sobre os países mais pobres, e a falta de uma regulamenta-

ção do trabalho em economias com pouco crescimento ou recessão, como o caso da Argentina, não invalidam sua tese.

Heckman argumenta que a globalização tem efeitos perversos no curto prazo, por excluir do mercado de trabalho os mais velhos e os menos qualificados. Mas a longo prazo — e com investimentos em educação — gera uma população mais bem pre-

parada, acrescenta.

Quanto à Argentina, que enfrenta altas taxas de desemprego e recessão, ele calcula que a desregulamentação no mercado de trabalho diminuiria o desemprego à metade. Mas, como assim, admite, são delicados e merecem mais atenção: "Não se pode mudar as leis em um país com recessão de uma hora para outra. É muito mais fácil fazer mudanças em

países com crescimento", comenta.

Sobre o Brasil, Heckman faz poucos comentários e um elogio — o da melhora da qualidade da educação nos últimos dez anos.

Daniel L. McFadden, de 63 anos, professor em Berkeley, divide o Prêmio Nobel de Economia deste ano com Heckman, pelo desenvolvimento da Teoria da Preferência voltada para modelos de produção.



James Heckman

José Paulo Kupfer
de São Paulo

Se há algum risco de que Daniel McFadden, um dos laureados com o prêmio Nobel de Economia deste ano, seja capaz de confundir a capital do Brasil, esse perigo é absolutamente inexistente no caso do outro premiado, o também americano James J. Heckman. Ele é figura tão carimbada em seminários e grupos de estudos realizados no País que o fato de ter recebido a grande notícia quando tomava café da manhã num hotel carioca não pode ser considerado uma mera coincidência.

A paróimonia dos comentários de Heckman sobre a economia brasileira depois de saber que recebera o Nobel, em meio a um seminário na Fundação Getúlio Vargas, não passou, na verdade, de um despiste diplomático. Além da participação regular em eventos acadêmicos no Brasil, Heckman mantém estreito relacionamento com algumas cabeças do "think tank" econômico oficial, com destaque para o diretor de estudos sociais do IUPERJ, Ricardo Paes de Barros, seu dileto discípulo em Chicago. Sem falar nos convites para aulas e palestras a técnicos de ministérios brasileiros — os quais, aliás, confessam não se sentirem aparelha-

dos para captar as formulações do mestre em todas as suas nuances.

Para ter uma ideia da natureza das pesquisas a que Heckman se dedica — e pelas quais ganhou o Nobel — basta passar os olhos pela lista dos "papers" sobre emprego, pobreza e distribuição de renda produzidos nos últimos anos pelo Ipea e, mais recentemente, pelo Centro de Políticas Sociais da FGV-RJ: as ferramentas da estatística e da matemática são postas a serviço da compreensão das questões sociais e da formulação de políticas alternativas para a superação desses problemas.

Mas nada de olhar para os chamados microrredes — evolução do PIB, taxa de juros, câmbio, inflação etc. O que importa são os microrredes, aqueles sobre condições de moradia e consumo, captados nas pesquisas domiciliares (tipo PNAD/IBGE), sobre nível de educação, obtidos nos censos escolares, ou remuneração, plotados nos histogramas de renda e salários.

É um instrumental poderoso. A microeconomia desenvolvida por Heckman se converteu numa potente arma para se estabelecer, por exemplo, metas de distribuição de

renda, com base num maior ou menor crescimento econômico. Ou definir até onde um aumento no salário mínimo pode provocar desemprego de mão-de-obra menos qualificada. Ou ainda como se deveria calibrar a regulação do mercado de trabalho com nível de emprego.

Foram justamente trabalhos com esses objetivos, bem empíricos, focados em mercado de trabalho, educação, discriminação de gênero e raças, que fizeram a fama de Heckman. O novo Nobel de Economia não é um formulador de modelos concei-

tuais, como, por exemplo, seu colega de Chicago Robert Lucas, Nobel de 1995, que desenvolveu a teoria das expectativas racionais. Defensor ardoroso da economia aplicada, Heckman registra em seu currículo não oficial uma monumental briga com colegas da universidade de Yale, cujas preocupações keynesianas com questões macroeconômicas e, segundo ele, o consequente descuido com os temas microeconômicos, os desqualificavam como economistas autênticos. No capítulo das adversidades acadêmicas, consta também

que Heckman acabou conseguindo seu doutorado em Princeton depois de uma primeira e malsucedida tentativa na mesma Chicago em que hoje detém uma cátedra de prestígio — o célebre Milton Friedman reprovou-o no exame de ingresso.

Os aspectos sociais formam o pano de fundo das pesquisas de Heckman, mas suas preocupações diferem das que movem, por exemplo, o indiano Amartya Sen, Nobel do ano passado. Para Sen, a pobreza, a discriminação e a concentração de renda são principalmente explicadas pela ausência de voz e liberdade dos pobres e discriminados. Para Heckman, as causas desses mesmos problemas devem antes ser procuradas em disfunções dos mercados, podendo ser corrigidas com doses adequadas de antidotos pontuais. Por exemplo: menos "x" por cento de regulação trabalhista resultaria em mais "y" por cento no nível de emprego, independentemente da dinâmica do crescimento econômico.

Residem aí, possivelmente, as fontes das maiores críticas aos trabalhos de Heckman. A manipulação matemática de sistemas de equações, altamente sedutora do ponto de vista formal, corre o risco de desprezar da realidade, dando lugar a experiências de laboratório vazio de conteúdo.

Trabalhos focados em mercado de trabalho, educação, discriminação de gênero e raças fizeram a fama de Heckman